

Menos insegurança hoje, mais liberdade amanhã. O passado ensina

Less insecurity today, more freedom tomorrow. The past teaches

Sérgio Alves

<https://orcid.org/0000-0002-9263-3539>

Isabel Maria Freitas Valente

<https://orcid.org/0000-0003-2403-5147>

Resumo

Este ensaio está dividido em duas partes intimamente interligadas. A primeira delas – “A burocracia da destruição” – refere-se ao mais contundente episódio de aniquilação sistemática do “inimigo”, a partir da negação dos seus direitos e da subestimação de seus atributos humanos. Na outra parte – “*Homo homini lupus*” – procura-se mostrar que a índole das pessoas e a trajetória histórica dos povos podem convergir em uma resultante que possibilita acontecer aquilo que os homens normais não imaginam que aconteça, cujo exemplo maior – embora não único – é o holocausto, o qual foi promovido pelo movimento totalitário nacional-socialista e sistematizado por um grupo burocrático-ideológico fanatizado. A breve consideração final, à guisa de conclusão, diz respeito à crença no aprendizado da geração atual com as que lhes antecederam no conturbado século XX. A maior estabilidade sociopolítica, nomeadamente na Europa de hoje, contribui para uma melhor convivência entre pessoas, maior confiança entre países e mais liberdade para todos.

Palavras-chave: Burocracia, Europa, Genocídio, Nazismo, *homo homini lupus*.

Abstract

This essay is divided into closely interconnected two parts. The first of these – the bureaucracy of destruction – refers to the most striking episode of systematic annihilation of the “enemy” from the denial of their rights and the underestimation of its human attributes. In the other it seeks to show that the nature of the human being- *homo homini lupus* – and the historical trajectory of the peoples, under certain circumstances, can converge on a result that makes it possible to happen what normal men don’t imagine happening, whose highest example – although not uni-

que – is the holocaust, which was promoted by the national-socialist totalitarian movement, but systematized by a fanatical bureaucratic-ideological group. The brief final consideration, to the conclusion guise, concerns belief in the learning of the current generation with those preceding them in the troubled twentieth century. Greater socio-political stability, particularly in today's Europe, contributes to better coexistence between people, greater trust between countries and more freedom for all.

Keywords: Bureaucracy, Europe, Genocide, Nazism, *homo lupus homini*.

Introdução

Nos arredores de Berlim, na Villa Wannsee, em 20 de janeiro de 1942, reuniram-se sob a coordenação do diretor do Gabinete Central para Segurança do Terceiro *Reich*, importantes hierarcas das burocracias partidária e paramilitar, junto com colegas da estrutura governamental do regime nacional-socialista. A agenda desse encontro teve por principal item de pauta a transformação da paranoia antisemita em um método racional de assassinatos, isto é, a sistematização de procedimentos para a “solução final” da questão judaica. Dentre as principais autoridades presentes, segundo ata da reunião, lá estavam (McNab, 2010, p. 145): o secretário do ministério do interior; o secretário do ministério da justiça; os representantes do ministério dos territórios no leste; o representante da chancelaria do Estado do *Fuhrer*; o representante da secretaria do Partido; e representantes da polícia secreta (*Gestapo*). Em que pese se tratar de um órgão por demais sensível aos interesses do regime, a *Gestapo* tinha o seu quadro de pessoal formado em sua maioria por indivíduos não pertencentes à burocracia paramilitar da tropa de elite da *SS* (*Schutzstaffel*), exceto para algumas funções e nos principais cargos de chefia. Ela contava, em 1937, “com apenas sete mil empregados, incluindo o pessoal administrativo, para a vigilância de cerca de sessenta milhões de habitantes” (Aly, 2009, p. 28). Dois anos depois, quando a guerra inicia, “o seu quadro de pessoal contava com três mil membros da *SS* de um total de vinte mil homens; os demais eram profissionais da polícia da República de Weimar”. Algumas áreas especializadas, como “a que lida com crimes comuns (furto, assalto, homicídio e outros delitos) não tiveram as suas unidades organizacionais chefiadas por ‘camisas negras’ da *SS*” (Evans, 2014, p. 99 e 123). No entanto, complementa Arendt (2012, p. 743, n. 100), “perto do final da guerra 75% dos agentes da polícia secreta (*Gestapo*) eram homens da *SS*”.

Aquele fatídico encontro, em Wannsee, resultou na formalização de dispositivos para regulamentar o papel dos setores envolvidos na “solução final” e organizar unidades paramilitares especiais da *SS* para perpetrarem o que viria a ser a maior das atrocidades cometidas contra a humanidade – o holocausto. Foi também realizada uma reestruturação administrativa da burocracia paramilitar, a qual passou a incorporar órgãos de planeja-

mento e execução das ações que diziam respeito à eliminação sistemática de quem fosse considerado racialmente inferior ou representasse uma ameaça ao nazismo. O segundo homem na hierarquia da *SS*, era o responsável por supervisionar a “solução final”, ou seja, coordenar, em todos os territórios sob controle do Terceiro *Reich*, as prisões, deportações, expropriações, transporte, aprisionamento e o assassinato em massa nos campos de concentração.

A burocracia da destruição

Em meio à mortandade na guerra, tinha-se uma burocracia paramilitar voltada para uma repressão letal contra os povos tidos como não-arianos e a quem resistisse ao regime. Todos os mecanismos de vigilância e punição do sistema policial-paramilitar da *SS* procuravam garantir um controle totalizante capaz de alcançar cada um e todos os cidadãos do *Reich* hitlerista, inclusive os habitantes dos países subjugados. Para o alcance desse infausto objetivo foram constituídas unidades especializadas em operar a tecnologia de aniquilamento massivo que viria a ser adotada nas “fábricas de mortes” instaladas nos campos de concentração. Na verdade, a ideia desses campos não é do totalitarismo nazista, tampouco do regime totalitário bolchevista, informa Arendt (2012, p. 584): “eles surgiram pela primeira vez durante a guerra dos Bôeres, no começo do século XX, e continuaram a ser usados na África do Sul e na Índia para os elementos indesejáveis”.

Em plena guerra e com frentes de batalha em todos os pontos cardeais, foi elaborado um planejamento tático-operacional para viabilizar o deslocamento de judeus grupos minoritários étnicos e religiosos, opositores político-ideológicos e prisioneiros de guerra para trabalho escravo, quando não para a morte nos *KL* (*Konzentrationslager* – sistemas de campos de concentração) – uma ampla e complexa estrutura física para o encarceramento em inúmeras instalações construídas por todo o continente europeu sob o jugo nazista (Wachsmann, 2015). Daquele encontro em Wannsee até o final da guerra, todo esse gigantesco sistema foi dirigido por unidades paramilitares da *SS* cultuadoras do nacional-socialista e absolutamente fiéis ao *Fuhrer*. Os “camisas negras” esbravejavam ódio contra as “raças indignas” e acreditavam no mito da superioridade racial germânica-ariana.

Só ao fim da era nazista, pôde-se avaliar com alguma exatidão a macabra contabilidade do genocídio. O número de trucidados nos *KL*, somados com às matanças coletivas organizadas e cometidas pelos sicários da *SS* fora dos campos de concentração, corresponde a cerca de seis milhões de seres humanos. No relato de Toland (1978b, p. 994): “aproximadamente quatro milhões foram chacinados em campos de extermínio e dois milhões em unidades de operações móveis”. As maiores mortandades da população judia em termos absolutos e por nacionalidade, foram: “judeus poloneses – três milhões de

assassinados; russos – um milhão e cem mil vítimas fatais; e húngaros judeus – quinhentos e noventa e seis mil mortos” (McNab, 2010, p. 150). Se considerados os três maiores percentuais, por país, de pessoas mortas pertencentes à comunidade israelita tem-se, conforme McNab (2010, p. 150): “a Alemanha com 93% da sua população judia exterminada; a Polônia com 91% da sua minoria judaica executada; e a Grécia com a perda de 87% da sua população de judeus”.

As vítimas da fúria do nazismo, desde o transporte para os *KL*, eram classificadas e visualmente identificadas pelos paramilitares da *SS* em diversas categorias: por razões étnico-raciais – os judeus eram obrigados a portar em suas vestes uma estrela amarela, e os ciganos um triângulo marrom; por motivos político-ideológicas – os comunistas e os social-democratas, ambos usavam um triângulo vermelho; por confissão religiosa – as testemunhas de Jeová traziam em suas roupas um triângulo de cor roxa; por não se ajustarem aos padrões nazistas de conduta social – os homossexuais tinham um triângulo rosa e as prostitutas portavam um triângulo negro; e os condenados por delitos criminais comuns ostentavam um triângulo verde. Sobre isso, expressa-se Arendt (2012, p. 597-8): “as categorias que lhes eram imputadas eram o último vestígio autêntico de sua pessoa jurídica. [...] Como se as categorias a que pertenciam [...] representassem uma identidade jurídica derradeira e, portanto, fundamental. [...] A morte de sua pessoa jurídica é a condição primordial para que seja inteiramente dominado”.

Quando os nazistas começaram a efetivar a “solução final”, os campos haviam mudado bastante. Tinham-se passado pouco menos de dez anos da utilização dos primeiros campos de prisioneiros. Dachau, o primeiro deles, era uma antiga fábrica, há poucos quilômetros de Munique; e Breitenau, perto de Kassel, havia sido um mosteiro. Ambas as edificações foram adaptadas, em 1933-34, para funcionarem como presídios. No entanto, esclarece Arendt (2012, p. 597-8), “o tipo realmente totalitário de campo de concentração, com sua vasta maioria de internos completamente inocentes, não foi estabelecido antes de 1938”. Até o final da guerra o sistema concentracionário chegou a ser integrado por uma rede de “vinte e sete campos principais e cerca de mil e cem campos-satélites, durante a vigência do Terceiro *Reich*” (Wachsmann, 2015, p. 15). Muito embora existissem “campos de prisioneiros em praticamente todos os países ocupados, a maior parte dos grandes campos concentração foram instalados na Europa oriental, principalmente na Polônia” (McNab, 2010, p. 144). Cabia especificamente a uma lúgubre unidade da burocracia paramilitar da *SS*, constituída por “soldados ideológicos” com elevado grau de fanatismo, administrar esse complexo de aprisionamento em que se perpetravam o assassinio massivo dos “inimigos” do regime.

Para compreender o alcance da barbárie nazista durante cerca de quatro anos, é necessário ter-se em perspectiva a suprema maldade burocratizada, com um contínuo e rotineiro transporte de centenas de milhares de prisioneiros e expatriados por toda a

Europa, em direção aos campos de morte. Os recursos requeridos para executar essa macabra logística, trazia dificuldades adicionais para uma guerra cada dia mais incerta para o exército alemão, além de gerar transtornos para a administração civil dos países ocupados. Toda essa operação infame era algo absolutamente ilógico e irracional para uma pessoa comum. Mas era exatamente o inverso, sob a perspectiva radical do movimento totalitário nazista, o qual se fortalecia com a eliminação das “raças inferiores” inimigas e, em consequência, avançava em relação aos seus objetivos de liberação de territórios para serem colonizados por uma mítica comunidade racial germânico-ariana.

No âmbito dos paramilitares da *SS*, havia um agrupamento que correspondia aos esquadrões letais *SS-EG* (*Einsatzgruppen*), constituídos por indivíduos recrutados entre os integrantes da burocracia da *SS*, bem como possuía outros membros selecionados nos *órgãos* do sistema policial-repressor do regime, com a finalidade de vigiar deslocamentos populacionais forçados e eliminar aqueles tidos como racialmente impuros ou politicamente oponentes à ideologia e às pretensões do *Reich* hitlerista. A doutrinação dos componentes dessas unidades móveis para a prática da maior das violências, envolvia um mecanismo gradual de dessensibilização dos seus membros. Esta brutalização consistia em “um processo de socialização em que os novatos assistiam os experientes veteranos a cometerem ações hediondas e evoluía para a própria participação dos neófitos nesses atos, tornando-os mais preparados para cometer atrocidades” (Kets de Vries, 2010, p. 219). Para além disso, havia uma recorrente negação de atributos humanos aos prisioneiros, uma desumanização dos grupos-alvo condenados à morte no sistema de campos sob controle operacional da burocracia paramilitar da *SS*, porém contando com o apoio de setores burocráticos estatais. A ideia de Arendt (1999) sobre a “banalização do mal” caminha, portanto, em paralelo com a ideia de uma burocratização da crueldade.

As unidades móveis de intervenção e ação tática da *SS-EG* tinham por missão eliminar, sem prévio julgamento, indivíduos ou grupos que representassem ameaça ao Estado do *Fuhrer*, nos países invadidos e sob o julgo nazista. Essas unidades exterminadoras eram enviadas à retaguarda das frentes de batalha no Leste para promoverem chacinas nos países conquistados. Não raro, contavam com a colaboração de habitantes e de autoridades locais que também eram extremados anticomunistas ou antisemitas radicais. Ocorreram ações desses contingentes especiais na Hungria, Polônia e na Ucrânia, que teve em sua capital (Kiev) o massacre de aproximadamente cento e cinquenta mil judeus. E também em Minsk, na Bielorrússia, onde cerca de cem mil pessoas foram assassinadas. Registros documentados em filmes e vindos a público depois da guerra mostram esses crimes sendo perpetrados, principalmente na frente de batalha da Europa oriental. Alguns dos sobreviventes dessas e de outras carnificinas conseguiram se unir aos guerrilheiros da resistência regional para lutarem contra a ocupação nazista.

“Homens normais não sabem que tudo é possível”

Desde o primeiro ano do regime nacional-socialista haviam sido publicados em jornais europeus reportagens e artigos denunciando a truculência dos nazistas na Alemanha, como os redigidos pelo político alemão H. Beimler, eleito para o *Reichtag*, em 1932, o que não evitou ter sido encarcerado em Dachau. Escapou no ano seguinte para abrigar-se na URSS e de lá escreveu seus libelos contra o nazismo e divulgou relatos de testemunhas presenciais sobre campos de prisioneiros condenados à morte por motivação racial, religiosa ou política (Wachsmann, 2015). Poucos anos depois, foi escrito um livro pelo diplomata e membro da resistência polonesa J. Karski, mas só foi editado no último ano da guerra. Essa publicação denunciava a existência de um plano de aniquilamento metódico, organizado e operado por integrantes da burocracia paramilitar da SS, em obediência ao núcleo central do regime (Karski, 2015). Mesmo que tivesse sido publicado anos antes, provavelmente não seria levado a sério ou considerado um exagero, pois, segundo Arendt (2012, p. 580), “a normalidade do mundo normal é a mais eficaz proteção contra a denúncia dos crimes em série dos regimes totalitários. ‘Os homens normais não sabem que tudo é possível’ e, diante do monstruoso, recusam-se a crer em seus próprios olhos e ouvidos”. Para Arendt (2012, p. 562) “o fim do primeiro estágio advém com a liquidação da resistência aberta e secreta sob qualquer forma organizada ocorrida por volta de 1935, na Alemanha”. A segunda etapa, depois de eliminados os “reais inimigos”, continua Arendt (2012, p. 563), seria a de caça aos “inimigos objetivos” e instalação do terror sistematizado com “o extermínio dos judeus e a criação das fabricas de mortes em massa [as quais] não teriam sido possíveis sem a guerra”. Se esta houvesse tomado o rumo da vitória dos nazistas, haveria um terceiro momento para um novo ‘inimigo objetivo’ – “a liquidação do povo polonês” (Arendt, 2012, pp. 566) – e assim, sucessivamente, enquanto persistisse o movimento totalitário racial hitlerista.

Um atormentado sobrevivente dos “sucumbidos de Auschwitz”, Primo Levi, empenhou-se na dolorosa tarefa de narrar em suas memórias (Levi, 2013) a selvajaria sem limite no maior e mais letal dos campos de concentração. Por sua vez, Imre Kertész viveu parte da adolescência naquele campo e escreveu sobre a opressão, os tempos sombrios e a ausência de destino dos que se achavam aprisionados e testemunhavam a barbárie humana da destruição física e psíquica nos campos (Kertész, 2004). As ocorrências nas “fabricas de mortos” levaram o filósofo G. Agamben a conjecturar sobre o verdadeiro significado do holocausto a partir dos depoimentos e vivências dos que escaparam daquele morticínio. Todavia, ele infere que o testemunho de maior valia pode estar mais no que não pôde ser falado. Para Agamben (2008) cada um daqueles a quem caberia preencher verdadeiramente tais lacunas e dizer o que não pôde ser dito, haviam perdido a sua condição de homens, reduzidos que foram a “cadáveres ambulantes”.

Ao que acrescenta Arendt (2014, pp. 600-1, 603): “o passo decisivo para o preparo de ‘cadáveres vivos’ é matar a pessoa moral do homem. [...]. Morta a pessoa moral, a única coisa que ainda impede que os homens se transformem em ‘mortos-vivos’ é a identidade única do indivíduo. [...]. Depois da morte da pessoa moral e da aniquilação da pessoa jurídica, a destruição da individualidade é quase sempre bem-sucedida. [...]. Porque destruir a individualidade é destruir a capacidade do homem de iniciar algo novo com seus próprios recursos”. Naquele local inimaginável à mente sã do homem comum, havia até forças-tarefas especiais formadas por encarcerados, a prestar serviços, em regime escravo, aos “camisas negras”. Esses contingentes de prisioneiros, em geral recém-chegados, exerciam diversos tipos de trabalho nos campos e provavelmente foram as pessoas que tiveram a sua humanidade mais afrontadas. Isso porque testemunhavam impotentes reiteradas vezes por dia, semanas e meses, o antes e o depois do extermínio em larga escala, enquanto esperavam a sua própria morte a qualquer instante, pois eram eles provas vivas dos inomináveis crimes contra a humanidade ali praticados. Executavam trabalhos dantescos, como o de transportar para incineradores os restos mortais dos presos que haviam sido levados às câmaras de gás (cianeto) camufladas em enormes banheiros coletivos, além de outros trabalhos macabros relacionados com os campos de concentração. Os “burocratas da morte” implicavam moralmente esses “colaboradores” nos crimes praticados de maneira rotineira, impessoal e padronizada. O drama ético desses prisioneiros escravos, para Arendt (2012, p. 600), estava associado a “um desesperado dilema de mandarem os seus amigos para a morte ou ajudarem a matar outros homens que lhes eram estranhos – forçando-os, num caso ou no outro, a agirem como assassinos”.

O potencial agressivo de um indivíduo aflora se o seu juízo moral estiver embotado por viver um movimento ideológico-racial que rejeita o convívio em sociedade com indivíduos diferentes no aspecto físico, na maneira de pensar ou no modo de agir. Tomada por uma ideologia totalitária, mesmo uma pessoa mentalmente sã, pode agir como militante “sem alma” e destituída de consciência crítica sobre sua conduta antiética. Afinal, os membros fanáticos de um movimento totalitário, como ressalta Arendt (2012, p. 436), “são inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir”. Os devotos do *Fuhrer* em sua “comunidade racial” agiam como peças de uma engrenagem inumana, especialmente os membros da burocracia paramilitar. Tais “burocratas da morte” eram infatigáveis entusiastas do nacional-socialismo e propagavam a prática social perversa do “nós ou eles”, em que “eles” são racialmente inimigos mortais e seres subumanos condenados ao extermínio.

Quando importantes autoridades nazistas da burocracia estatal (civil e militar), bem como da burocracia político-ideológica (partidária e paramilitar) foram submetidas a julgamento como criminosos de guerra no Tribunal de Nuremberg (1945-1946), muitos deles negavam ter havido chacinas sistemáticas de grupos considerados opositores e de

minorias étnicas ou religiosas; outros diziam desconhecer a existência da prática contínua e metódica dos trucidamentos massivos nos sistema de campos de concentração e de nada saber sobre as cruéis operações de “reassentamento” (circunlóquio para expatriação); ainda outros, na tentativa de abdicar de sua responsabilidade, tentaram abonar os seus crimes, ao alegar estarem seguindo ordens estritas dos seus superiores hierárquicos; outros mais, afirmavam que suas atividades não eram relacionadas a tais eventuais crimes (Roland, 2013). Tais alegações de autoridades do Estado do *Fuhrer*, a negar qualquer tipo de envolvimento com aqueles crimes genocidas – intensificados na segunda metade da guerra – não encontram amparo nas principais pesquisas sobre o papel institucional e a responsabilidade dos dirigentes do Terceiro *Reich*.

Estudando os regimes totalitários nazista e comunista, Voegelin (2008) e Milosz (2010), respectivamente, discutem a responsabilidade dos indivíduos ante um governo opressor, apesar de estarem sob um sistema de domínio com inúmeros mecanismos de manipulação, intimidação e opressão. Mesmo em circunstâncias tão adversas, consideram que os cidadãos ainda possuem algum espaço para avaliar, escolher e evitar (ou não) um agir imoral ou antiético. Sob essa perspectiva, é um subterfúgio valer-se da ideia abstrata de “culpa coletiva”, que dilui a responsabilidade pessoal; ou apresentar uma interpretação causalista do comportamento criminoso, aceitando a representação segundo a qual o meio envolvente produziria o crime, logo quem o pratica seria também uma vítima e, por consequência, deveria ter atenuada a sua parcela de culpa; ou atribuir à “escravidão mental” a que estava submetido, o que também abrandava a culpa individual; ou, ainda, recorrer ao “dever de obediência à autoridade”, como se na relação entre governante e governados o dever da obediência do subordinado ao superior hierárquico tivesse um escopo indefinido e uma área de aceitação ilimitada. Essas tecnicidades e esses modos explicativos são utilizados ora para relevar uma conduta injustificável, ora para defender-se psicologicamente de um agravo à consciência, ora para eximir-se de uma dolorosa autocritica, ora ainda para escapar da responsabilização pela gravidade do ato praticado.

Homo homini lupus

No início dos anos sessenta ocorreu, em Israel, o julgamento por crimes de guerra e contra a humanidade de A. Eichmann, oficial da SS e chefe de setor da Gestapo, de patamar hierárquico intermediário na burocracia paramilitar, responsável pelo planejamento e logística da deportação de judeus. Naquele júri, que também teve um *ethos* político-moral, veio à tona detalhes de como funcionava dentro do *Reich* hitlerista uma estrutura estatal paralela para tratar especificamente da “questão judaica”. Era formada por diversos órgãos com suas respectivas áreas de competência, normas de procedimento, rotinas operacionais e protocolos específicos. Tinha-se, portanto, uma organização projetada

com a lógica de um sistema de “fábricas de cadáveres” administrada metodicamente por um estamento paramilitar apto a operar de maneira ordenada, impessoal e objetiva este complexo de extermínio massivo. Sem tais agentes, processos e estrutura não se poderia tornar concreta a trama sinistra da “solução final” – perífrase da maior atrocidade genocidas praticada contra um povo, na história recente. As informações e testemunhos que afluíram do longo (dois anos) julgamento de A. Eichmann, levou Arendt (1999) a cunhar a expressão “banalização do mal”, a qual conduz o olhar para a funesta confluência de capacidade administrativa burocrática, disposição criminal humana e alheamento a preceitos ético-morais.

Esse cenário de suprema maldade tem provocado dolorosas ponderações de pessoas inconformadas com tamanha falta de grandeza d’alma, assim como tem desafiado a inteligência de intelectuais a explicar o como e o porquê isso tem acontecido na história com atemorizante frequência. É perturbador não se conhecer exatamente o que leva à barbárie de assassinatos massivos terem ocorrido em tantas ocasiões e lugares e ainda permaneça como um daqueles insondáveis mistérios humanos. Observando-se o convívio social ao longo dos tempos, é aterrador se observar a disponibilidade agressiva dos homens e os seus graves deslizes ético-morais.

Para ilustrar a propensão à violência do homem normal, Toland (1978b, p. 926) comenta que “experiências realizadas por S. Milgram, na Universidade de Yale, revelaram que uma obediência cega à autoridade não se limita à Alemanha nazista”. Naquela investigação sociopsicológica desenvolvida no início dos anos sessenta, foi verificado que uma autoridade instituída podia promover a obediência mesmo em se tratando de uma atuação que ponha alguém em risco. O resultado mostrou que, para a maioria, era mais fácil acatar uma ordem, ainda que resultasse em sofrimento de outrem, do que protestar ou se recusar a obedecê-la. Nesse experimento, Milgram (1983) disse a centenas de voluntários “professores” que iriam participar de uma pesquisa sobre ensino-aprendizagem por meio de estímulos negativos. Os “alunos-cobaias” (grupo de pesquisadores) deveriam ser penalizados com “choques elétricos” crescentes em conformidade com a sequência de respostas erradas. Cerca de dois terços dos “professores” não interromperam o incremento da voltagem dos “choques” até a “intensidade máxima”, a qual traria grave risco aos “alunos”. Estes não eram vistos pelos “professores”, mas os seus “gritos de aflição” simulados eram ouvidos. Só um terço dos voluntários se negaram a obedecer à ordem de provocar dor nos “alunos-cobaias”; os demais apresentaram uma obediência sem restrições e abdicaram da responsabilidade por essa escolha, ou transferiram às “autoridades superiores” a culpa por assim agir.

No início da década seguinte, um grupo de investigadores na área de psicologia, da Universidade de Stanford, desenvolveu uma experiência com estudantes universitários escolhidos por meio de uma criteriosa seleção. Dentre esses, foram sorteados os que deveriam desempenhar o papel de “prisoneiros” e os que seriam os “guardas carcerários”

em uma instalação que simulava um presídio. Ambos os grupos usavam vestimentas correspondentes aos seus papéis, mas apenas os “presos” eram identificados por números. Esse experimento coordenado pelo professor P. Zimbardo, tinha uma duração prevista de duas semanas, mas após seis dias os pesquisadores decidiram interrompê-lo. A despeito do compromisso assinado para que todos adotassem comportamentos em conformidade como um roteiro procedimental conhecido *a priori*, ocorreram condutas desviantes traduzidas na brutalidade cometida por alguns “guardas”, os quais não tinham antecedentes de violência e possuíam bom nível de escolaridade. Esse “efeito Lúcifer”, como denominou Zimbardo (2008) para tal transformação de indivíduos bons em seres “diabólicos”, surpreendeu os pesquisadores que não haviam previsto tais resultados. Aquela inesperada adoção de procedimentos cruéis pelos “guardas” não vinha acompanhada de alguma expressão de sentimento de mal-estar por manter outrem subjugado. Foi observado desequilíbrio emocional, excessiva dependência e submissão de determinados “presos” em relação a alguns “agentes penitenciários”. A despeito das limitações dessa pesquisa, os seus resultados são sugestivos quanto à potencialidade destrutiva do homem comum.

A história, enquanto disciplina, cumpre um papel inestimável ao nos trazer registros documentais que mostram com inquietante clareza como o ser humano tem sido e o que foram capazes de fazer. Muitas vezes indicam que houve compartilhamento de valores e crenças que interditaram a solidariedade, incitaram condutas egoísticas e desalojaram a consciência crítica. Mas ainda, os tempos idos continuam a desafiar, tal como hoje, a quem se debruça sobre o entendimento da condição humana e do principal motivo para serem perpetradas ações (individuais e coletivas) que de forma recorrente promovem males ao próximo serem diferentes na aparência física, na maneira de vestir, na fé religiosa, na origem étnico-racial, na ideologia cultivada ou no modo de falar e agir.

No curso do tempo, a relação entre dominantes e dominados tem sido duas faces da realidade inter-humana. Ao seu modo de ver, Enriquez (1990) assegura que sempre está presente no indivíduo a necessidade de uma autoridade a ser seguida e obedecida. De mais a mais, acrescenta-se a disposição da espécie humana à agressividade, a qual levou Freud (2014) a proclamar que o homem não perdeu, nem controla por completo, os seus impulsos mais primitivos, a despeito do processo civilizatório. Sobre essa crucial e sensível questão, Kets de Vries (2010, p. 204) considera que o domínio de alguém sobre outrem pode ser uma fonte de prazer e argumenta que, do ponto de vista etológico, “a agressão é necessária para a sobrevivência da espécie [e] um determinado nível de agressividade pode ser inerente à raça humana [porém] há um tipo de agressão ‘maligna’ cujas características mais evidentes são a corrosão interpessoal e a obtenção de satisfação narcisística através da intimidação e humilhação dos outros”.

Por sua vez, a tese hobbesiana do “todos contra todos”, assinala que os homens possuem uma inata e ilimitada disposição para a violência, sendo o próprio homem o lobo do homem. Em linha com essa ideia do *homo homini lupus*, o criador da psicanálise chega

a provocar quem apresenta uma visão magnânima do caráter humano: “quem, a partir de todas as experiências da vida e da história, terá coragem de contestar essa máxima?” (Freud, 2014, p. 124). Tendo em vista os sistemas totalitários, Arendt (2012, p. 608) declara que “essas experiências não conseguem mudar o homem, mas apenas destruí-lo, criando uma sociedade na qual a banalidade niilística do *homo homini lupus* é consistentemente realizada. [...] Até agora, a crença totalitária de que tudo é possível parece ter provado apenas que tudo pode ser destruído”. Referindo-se especificamente ao ocorrido nos campos de concentração, Arendt (2012), p. 602) considera que “esse horror dá azo às generalizações niilistas que afirmam, com certa plausibilidade, que todos os homens são essencialmente animais. A experiência dos campos de concentração demonstra realmente que os seres humanos podem transformar-se em espécimes do animal humano, e que a “natureza” do homem só é “humana” na medida em que dá ao homem a oportunidade de tornar-se algo eminentemente não natural, isto é, um homem”.

Muito embora trilhando um diferente caminho do médico vienense e focado em outras circunstâncias, M. Weber também demonstrou incisivas preocupações quanto ao destino da humanidade e não escondeu um sentimento crítico e resignado quanto ao futuro do homem preso na “jaula de aço” forjada por um capitalismo aético em combinação com um burocratismo insensível, os quais estorvam a autonomia individual e coletiva. Disse ele: “ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão [...] ou se não surgirão profetas inteiramente novos, ou vigoroso renascimento de velhos pensamentos e ideias” (Weber, 1996, p. 131).

Ambos os pensadores, Freud e Weber, além de oriundos de países vizinhos e com consideráveis semelhanças culturais (Áustria e Alemanha), eram argutos intérpretes do “espírito do tempo” e do complexo cenário sócio-político europeu no primeiro quartil do século passado. Mesmo externando avaliações desalentadoras a propósito da mente humana e sobre os indivíduos em sociedade, eles jamais poderiam imaginar que cerca de vinte anos após a primeira conflagração mundial, da qual foram contemporâneos, iria eclodir o mais sangrento dos conflitos bélicos (a segunda guerra mundial) e, em seu bojo, o mais horrendo dos holocaustos, além das inúmeras mortes causadas pelo uso de armamentos de assombroso poderio destrutivo, inclusive duas bombas atômicas.

Mudam os personagens, as situações, épocas e lugares, entretanto não cessam as práticas da eliminação física do “inimigo”. As causas alegadas são múltiplas, mas delas pode-se ressaltar: a intolerância religiosa, o ódio étnico-racial, o extremismo político-ideológico, a desterritorialização de povos nativos, para colonização econômica, além da combinação de alguns desses pretextos, entre tantos outros possíveis. A violência produzida pelo fanatismo religioso, desde sempre, tem produzido guerras “santas” que tem causado sofrimento e morte de milhões de indivíduos na maioria dos continentes. Os conflitos gerados pelo ódio étnico-racial podem ser exemplificados pelo morticínio ocorrido em Ruanda (1994), quando 80% da minoria étnica tutsis, em torno de oitocentos mil

pessoas, foram trucidadas por hutus. Pouco mais de duas décadas antes, havia ocorrido um massacre inverso em Burundi (1972), quando quase duzentos mil desta etnia foram mortos por aquela outra. No martírio da Ucrânia (1931-33) pelo menos cinco milhões morreram vítimas da fome (*Holodomor*), após o regime totalitário soviético conduzido por J. Stálin ter determinado o confisco da produção agropecuária ucraniana, é um contundente exemplo de genocídio causado pelo terror de origem político-ideológica. Na China, a longa guerra civil (1927-36) e a revolução comunista (1946-49) provocaram um número incerto de mortes, mas certamente superior a cinco milhões de vítimas fatais. E no Camboja, durante o regime do *Khmer* Vermelho (1975-79), foram massacrados perto de dois milhões de cambojanos, juntamente com minorias vietnamita e muçulmana. A desterritorialização e o extermínio de povos nativos acompanharam as colonizações das Américas, da Austrália e da África. Tem-se ainda conflitos devido a incontáveis causas (específicas ou difusas) que geram violências com menor risco de causar dano físico contra grupos minoritários vulneráveis, mas que podem ter efeitos moralmente devastadores.

À guisa de conclusão

Desafortunadamente, a história contemporânea tem afiançado a predisposição belicosa que acompanha a humanidade desde as sanguinárias batalhas de confrontos pessoais e diretos, em tempos longínquos, às devastadoras guerras regionais na atualidade, com o uso de tecnologias bélicas tão sofisticadas quanto destrutivas. Na misteriosa e sombria trajetória humana, mesmo após a comoção causada pelos holocaustos de judeus (*Shoah*) e de ucranianos (*Holodomor*), ainda persistem chacinas em ampla escala de homens, mulheres e crianças.

No atual século tem-se verificado com lamentável frequência a recusa de governos – por vezes sem justificação objetiva – em abrigar emigrantes ou refugiados em grande quantidade e procedentes de países conflagrados, ou em grave crise econômica, situados no oriente médio, no norte da África, na Ásia, na América central, no leste europeu e em diversos outros locais. Ao fim e ao cabo, resta a uma parte deles ficarem pelo caminho de maneira improvisada ou em precários campos de acolhimento provisórios.

De todo modo, o passado ensina. As gerações aprendem com as que lhes antecederam. Ainda existem hoje algumas ocorrências com uma certa semelhança a acontecimentos aqui apontados. Mas as sociedades parecem estar menos instáveis e mais seguras, nomeadamente na Europa integrada. Sendo assim, o que impede acreditar que o futuro trará melhor convivenciabilidade entre pessoas, maior confiança entre países e mais liberdade com segurança para todos?

Bibliografia

- ALY, Gotz – O Estado popular de Hitler. Alfragide, Portugal: Texto Editores, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio – O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boi tempo Editorial, 2008.
- ARENDT, Hannah – Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah – Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ENRIQUEZ, Eugène – Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- EVANS, Richard – O Terceiro Reich no poder. São Paulo: Ed. Planeta, 2014. FREUD, Sigmund – O mal-estar na cultura. Porto Alegre: L & PM, 2014.
- KARSKI, J. – Estado secreto: memórias de um herói da resistência polonesa durante a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2005.
- KERTÉSZ, Imre – Kadish para uma criança que não vai nascer. Lisboa: Ed. Presença, 2004. KETS De VRIES, M. F. R. – Reflexões sobre caráter e liderança. Porto Alegre: Bookman, 2010 LEVI, Primo – É isto um homem. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- MCNAB, Chris – Datos clave – El tercer reich. Madrid: LIBSA, 2010. MILGRAM, Stanley – Obediência à autoridade. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. MIŁOSZ, Czesław – A mente cativa. Manaus: Novo Mundo, 2010.
- ROLAND, Paul – Os julgamentos de Nuremberg. São Paulo: Ed. Makron Books, 2013.
- TOLAND, John – Adolf Hitler. Volumes I (a) e II (b). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.
- VOEGELIN, Eric – Hitler e os alemães. São Paulo: É Realizações, 2008.
- WACHSMANN, Nikolaus – KL – a história dos campos de concentração nazis. Alfragide: Ed. Dom Quixote, 2015.
- WEBER, Max – A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1996.
- ZIMBARDO, Phillip – The Lucifer effect: understanding how good people turn evil. London: Randon House, 2008.

(Página deixada propositadamente em branco)